

ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Analisa a Rio+20, que se realiza no Brasil.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Ressalta que o governo federal tem dado demonstrações de como é possível aliar desenvolvimento e preservação ambiental.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Destaca a inauguração da estação de tratamento de efluentes da empresa Adami, de Caçador.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Qualifica a Rio+20 como um momento crucial para o Brasil; levanta a necessidade de mudar o foco do modal rodoviário para melhorar a mobilidade urbana.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - analisa as soluções para a melhoria da mobilidade urbana da capital.

DEPUTADO VALTER GALLINA (aparte) - Ressalta a necessidade da construção de modais alternativos de transporte para a Grande Florianópolis.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Elogia o tema levado pelo deputado Edison Andrino à tribuna.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Repudia a forma de crédito que ludibria os agricultores catarinenses.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta a inauguração da empresa de papéis e embalagens Primo Tedesco, de Caçador.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende a manutenção do convênio do governo do estado para funcionamento do curso pré-vestibular da UFSC.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda o conflito entre as Polícias Civil e Militar.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Agenor Colares Gomes, José Francisco Possamai e Paulo Custódio, de Sombrio.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DANIEL TOZZO - Aborda os investimentos estaduais direcionados à região oeste do estado; lamenta a não-instalação do curso de Medicina no *campus* de Chapecó da UFFS.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende a continuidade das fiscalizações efetuadas pela Polícia Militar; mostra-se favorável à continuidade do convênio do estado com a UFSC para realização de curso pré-vestibular.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comenta a realização de audiência pública que tratou da legislação que instituiu pensão para portadores de deficiência em SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, começou ontem e estende-se até o dia 20 um grande evento mundial, que está sendo realizado no Brasil, a Rio+20, conferência composta de dois eventos: a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que reúne representantes diplomáticos, e a Cúpula dos Povos, que reunirá organizações da sociedade civil de todas as nações e povos do mundo.

Este é um momento em que o mundo inteiro tem seus olhos voltados para o Brasil, para o Rio de Janeiro, em função dos debates que estão acontecendo desde ontem, como já disse, e que prosseguirão até o dia 22 deste mês, quando se pretende discutir o desenvolvimento dos povos e os rumos que o mundo vai tomar.

Já foi realizado outro evento semelhante ao Rio+20 no Brasil há 20 anos, que foi a Eco 92, que ocorreu também no Rio de Janeiro. Antes disso, o primeiro evento foi realizado em 1972, em Estocolmo.

Acredito que é um momento ímpar, um momento importante de reflexões que precisam ser feitas no mundo e também no Brasil sobre qual desenvolvimento queremos, o que pensamos a respeito da sustentabilidade das políticas ambientais e, conforme diz o professor Daniel José da Silva em um artigo publicado hoje na imprensa estadual, do fortalecimento dos espaços sociais para uma governança participativa e qualificada do desenvolvimento sustentável local.

Não existe nada mais importante neste momento em construção no mundo do que as duas agendas resultantes da Rio+20: a Agenda Diplomática de Compromissos Políticos e a Agenda Cidadã de Compromissos Sociais, ambas visando a um mundo mais pacífico, mais justo e mais sustentável, conforme os termos do professor do Departamento de Engenharia Sanitária da UFSC, já citado, Daniel José da Silva.

Portanto, é um momento em que o mundo se volta para o Rio de Janeiro, volta-se para a expectativa daquilo que lá será discutido, o compromisso com a sustentabilidade do planeta.

Esta é a grande preocupação que hoje devemos ter: crescimento com a sustentabilidade. E ontem, na abertura do evento, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, falou que o nosso país é um exemplo de que é possível crescer com sustentabilidade e que todos os países do mundo devem assumir o compromisso de proteger o meio ambiente.

Então, a expectativa é que se possa discutir a sustentabilidade do país, que os governos promovam o desenvolvimento com a efetiva participação das comunidades, da sociedade, com ações que possam demonstrar que estão preocupados com a maioria do seu povo.

Alcançar um desenvolvimento econômico com distribuição de renda e inclusão social, essa é uma grande questão! Nós já vivemos no Brasil a fase na qual se dizia que a renda não poderia ser distribuída, porque primeiro era preciso aumentar o bolo para depois dividi-lo. E ao longo da história a renda não foi distribuída, acumularam-se os problemas e as desigualdades sociais. Mas a partir da implantação de uma política diferenciada, no período pós 2003, com programas sociais de inclusão, com programas que preveem também a distribuição de renda e que procuram incluir as pessoas, vimos que a economia cresceu.

Esta é a tônica que se quer não só para o Brasil, mas para o mundo, ou seja, que haja crescimento econômico, mas também desenvolvimento e justiça social. Esse, sem dúvida nenhuma, deve

ser um dos objetivos desse grande evento que está acontecendo no Brasil, a Rio+20.

Estamos com uma expectativa favorável de que esse evento possa também fixar metas a serem atingidas por todos os países na busca da sustentabilidade, da inclusão social, da correção de problemas e injustiças históricas que têm acontecido pelo mundo afora.

A participação do Brasil mais uma vez é importante, porque é um país que tem dado bons exemplos de inclusão social e de combate às desigualdades para o mundo. Embora ainda tenhamos muitas desigualdades, muitas diferenças regionais, muitos locais que carecem de um efetivo desenvolvimento, de uma inclusão social maior, nosso país tem dado passos importantes. Espero que isso continue e possamos cada vez mais fortalecer o nosso desenvolvimento com igualdade e inclusão social.

Como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, queremos deixar registrada a nossa expectativa de que a Rio+20 seja uma conferência grande, não apenas em proporções ou participações, mas em decisões efetivas no sentido de melhorar o Brasil e o mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, complementando a intervenção do meu companheiro, deputado Neodi Saretta, sobre a Rio+20, gostaria de dizer que realmente o Brasil está dando um exemplo de sustentabilidade. A presidente Dilma Rousseff, ao fazer a abertura do evento, registrou que o crescimento econômico não pode ser feito a qualquer preço, porque não há como justificar o desmatamento, a falta de cuidado com o meio ambiente em nome do lucro, pois o crescimento tem que ser racional.

A Rio+20 está apresentando para o mundo a preocupação do governo brasileiro em atingir metas

de sustentabilidade. Penso que uma das coisas importantes que temos que ressaltar é a maturidade do nosso governo ao vetar o Código Florestal Brasileiro na forma como foi aprovado, tendo em vista que anistiava os grandes desmatadores do país, comparando-os, inclusive, aos pequenos produtores rurais.

Quando entramos na questão do desenvolvimento sustentável, acho que uma das coisas importantes deste país, para a qual temos que começar a olhar, além do uso racional da água, é a destinação dos resíduos sólidos.

Estivemos cumprindo uma missão na Escandinávia, juntamente com os deputados Aldo Schneider e Edinho Bez e com representantes do Ministério Público, acompanhando o Instituto Lixo Zero na Noruega, Dinamarca, Finlândia e Suécia. É impressionante o que se faz naqueles países. A cidade de Estocolmo, capital da Suécia, é chamada de Veneza da Escandinávia, cheia de canais, lagos e bacias marítimas fazendo ligação com o mar Báltico. Eram locais tão ou mais poluídos do que a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e onde se iniciou um processo de despoluição em 1970.

Então, gostaria de saber quando vamos começar a discutir essa questão na Grande Florianópolis, a fim de resolver os problemas das baías norte e sul da capital!

O processo de recuperação do solo, retirando o lodo do fundo das bacias, levou 30 anos e hoje as pessoas pescam no meio da cidade, passeiam de barco e tomam banho nos canais de Estocolmo.

O sistema de reciclagem e reaproveitamento do lixo chega a 48% do volume. Na Grande Florianópolis não chega a 2% a reciclagem do lixo total, e ainda continuamos colocando o lixo não nos aterros sanitários, mas em lixões neste país.

Esta semana assisti a uma matéria sobre um grande lixão que existe no Rio de Janeiro, colocando como o suprassumo da tecnologia a colocação de mantas. Isso já é coisa ultrapassada, não se discute mais lá.

Para se ter uma ideia do nível de responsabilidade que há em relação à reciclagem de

lixo, basta dizer que um quilo de lixo urbano equivale a oito minutos de banho com água quente, porque lá as usinas de lixo queimado servem para produzir água quente, por ser uma região extremamente fria. Então, um quilo de lixo equivale, aproximadamente, a oito minutos de banho de água quente! Quatro quilos de lixo equivalem, em energia, a um litro de combustível que é retirado do fundo do solo! Quatro quilos de lixo equivalem a um litro de combustível em geração de energia!

Quando se entra na questão dos eletrônicos, há um dado interessante. Cada celular que é produzido no mundo desmonta, aproximadamente, 70kg de montanha. E os celulares têm as chamadas terras nobres, que são os minerais nobres. Se nós considerarmos somente o Brasil, que tem 250 milhões de celulares, considerando que cada aparelho tem uma média de 100g e que o volume de celulares por brasileiro já chegou na média de cinco, considerando-se a obsolescência dos celulares, temos uma soma de 85 milhões de toneladas de montanhas desmontadas neste mundo, o que representa 4,35 milhões de carretas de material de minério nobre para todos os celulares apenas do Brasil. Isso significa que temos que reciclar os materiais eletrônicos, mas no Brasil não se recicla basicamente nada.

Eu estou colocando esses dados porque a Rio+20 acaba sendo um grande termômetro para repensarmos o planeta e a responsabilidade que cada um de nós tem com o destino dos resíduos sólidos, que eu costumo dizer que são o luxo do lixo, porque lá eu aprendi a fazer uma análise sobre o lixo de uma forma diferenciada.

No mais, quero parabenizar a presidenta Dilma Rousseff pelo brilhante trabalho que faz à frente deste país, juntamente com a sua equipe e a nossa ministra Ideli Salvatti, e pela direção que está sendo dada na Rio+20.

Também quero solidarizar-me com o ex-presidente Lula, que ontem foi internado novamente para fazer mais uma revisão do câncer que o acometeu. Uma nova biópsia está sendo feita hoje,

tendo em vista que o nosso ex-presidente passou a ter dores na garganta e esse normalmente não seria um quadro usual do ponto de vista do tratamento ao qual foi submetido.

Portanto, quero desejar ao nosso querido companheiro Lula melhora rápida, para que ele venha a fazer o que mais gosta, que é ajudar a construir a vida pública e política deste país e, principalmente, fazendo com que o Brasil que ele não conseguiu viver na sua infância seja cada vez mais sólido para os brasileiros do ponto de vista da inclusão social e da distribuição de renda.

Um abraço ao meu companheiro Lula e que Deus o abençoe! Esperamos a sua melhora rápida para que continue a ver como este país que ajudou a construir está cada vez mais respeitado internacionalmente.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é este deputado. Por isso, solicita ao deputado Jailson Lima que assuma a condução dos trabalhos, para que ele possa manifestar-se da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados, sras. deputadas, cumprimentamos os nossos colaboradores de plenário, as taquígrafas e o pessoal de apoio.

Como filho honorário de Caçador, convivendo há 48 anos naquela terra, tendo tido a oportunidade de, inclusive, ser prefeito, no dia de ontem tive a grata satisfação e o prazer de representar esta Casa, juntamente com o deputado Dado Cherem, na inauguração da estação de tratamento de efluentes Pierina Adami, na comemoração dos 70 anos daquela indústria do meio-oeste.

(Passa a ler.)

"A inauguração da estação marca a conclusão de uma etapa importante na história da Adami, pois

passa a dar tratamento final aos seus efluentes industriais, investindo numa contribuição decisiva para a melhoria do meio ambiente e estabelecendo a sustentabilidade da atividade da indústria cuja história funde-se com a história de Caçador.

Caçador tem 78 anos e essa empresa tem 70 anos. A Adami foi construída em 1942, voltada para o aproveitamento do potencial madeireiro disponível na região, atividade na qual cresceu e continua crescendo, colocando-se como referência nos seus segmentos de atuação.

O ano de 1956 foi marcado como o da reestruturação da indústria, que passou a chamar-se Adami S/A Madeiras, e do início de um novo ciclo de investimentos voltados para a área de reflorestamento, preservação do meio ambiente e geração de energia elétrica, para consumo próprio e para comercialização.

Na década de 60, inaugurou a fábrica de pasta mecânica, destinada ao aproveitamento de resíduos de sua atividade madeireira e a instalação de equipamentos para a produção de 'papelão pinho' ou 'papelão Paraná', amplamente utilizado à época em embalagens de calçados e camisas.

A década de 70 também foi de crescimento para a Adami e foi marcada pela reafirmação da vocação da Adami para o desenvolvimento sustentável, com a inauguração da fábrica de papel utilizando aparas recicláveis como matéria-prima. A partir de material reciclado, o caminho da sustentabilidade.

Na década de 80, a Adami inaugura a fábrica de papelão ondulado, fechando o ciclo de produção. Em 1980 a prefeitura de Caçador teve a oportunidade de também participar, através de lei de incentivo à indústria, do sistema da infraestrutura para a instalação dessa grande máquina, que hoje ainda continua sendo uma das mais modernas do país.

Na década de 90, novos investimentos em máquinas e equipamentos com tecnologia de ponta impulsionaram a modernização através da inovação do processo de produção de madeira e a consequente diversificação da linha de produtos - *blocks*,

blancs, painéis, molduras e outros -, também comercializados para o mercado externo.

Em julho de 2010 inaugura a fábrica de portas, colocando à disposição do mercado da construção civil o 'vert', produto que estabelece um diferencial em peças de acabamentos residenciais.

A continuidade dos investimentos em equipamentos de alta precisão proporcionou a otimização dos processos, a diversificação da linha de produtos e a sustentabilidade nos negócios.

A estrutura atual é composta por unidade de pasta químico-mecânica, unidade de negócio de energia elétrica, unidade de negócio florestal, unidade de negócio madeireiro, unidade de negócio de papel e unidade de negócio de embalagem."

Sras. deputadas e srs. deputados, essa empresa tem demonstrado desde o seu início o quanto é importante manter o equilíbrio entre a produção e o meio ambiente. Passaram-se 70 anos e a empresa vem cada vez mais aprimorando os cuidados com a natureza, desde os primórdios do primeiro plantio no reflorestamento, preservando as áreas de florestas nativas, as nascentes, as áreas de banhado, as áreas de encosta, enfim, usando o seu comportamento legal, empresarial, inteligente para uma boa formação da matéria-prima.

Na transformação tiveram o cuidado da utilização dos resíduos, a sobra da serragem da madeira, dos pinheiros, dos pinus, enfim, da matéria-prima produzida por essa empresa.

O exemplo do famoso Vitor Adami foi seguido por Marcos Adami, irmão de Vitor, por José Adami e hoje pelo seu neto José Adami Neto, que vem, juntamente com a diretoria, com seus parentes que ainda permanecem na empresa, cada um no seu setor de trabalho, proporcionando cada vez mais desenvolvimento, oferecendo quase dois mil empregos diretos permanentes, além dos que são gerados durante o plantio dos pinus, a limpeza etc.

Portanto, é uma empresa que orgulha Caçador e ontem tive a oportunidade de participar, juntamente com o sr. governador, da inauguração da

estação de tratamento Pierina Adami. A água que entra, que é captada do rio Castelhano, passa pelo processo de produção dentro da fábrica e quando é devolvida ao rio novamente, sai mais limpa do que quando entrou no processo de produção.

Por isso, cada vez mais me sinto na obrigação de defender quem assim procede, porque lamentamos que os dejetos da querida cidade de Caçador continuem indo para o rio do Peixe. Hoje, até a cachoeira do Tedesco a água está totalmente contaminada; somente depois, ao passar pela cachoeira, em contato com a pedra, ela começa a purificar-se novamente.

Quando entreguei a prefeitura ao sr. Onélio Menta, também entreguei-lhe um projeto pronto para o tratamento de dejetos. Ele, entretanto, disse-me que não enterraria sua administração fazendo rede de esgoto. De lá para cá muito pouco foi feito em termos de saneamento básico na minha querida Caçador.

É lamentável, mas tenho feito esse registro várias vezes e vou continuar fazendo-o para mostrar o quanto é importante ser responsável na administração de uma cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Gostaria de usar a tribuna, na manhã de hoje, para discutir um pouco esse grande evento que começou ontem, no Rio de Janeiro, que é a Rio+20, um momento em que os povos param para fazer uma reflexão em torno das ações do ser humano, principalmente em torno do futuro das gerações no planeta Terra.

A título de desenvolvimento, o ser humano tem alterado substancialmente o meio ambiente, e a Rio+20 se debruça com os técnicos e também com os agentes políticos que estão com o olhar no futuro, para falar sobre esse momento que o mundo vive, o momento crucial de ter a convicção de para qual lado se caminha.

Aqui no Brasil, em especial, temo-nos debruçado sobre isso, pois se somos um país que vive um momento de desenvolvimento, vive também importantes desequilíbrios ambientais. Mas, ao mesmo tempo, o país vive um momento especial. Tivemos agora o levantamento do menor desmatamento que já houve na Amazônia, nos últimos anos. Esse é um dado importante para nós, pois a Amazônia é um grande patrimônio da humanidade e do povo brasileiro.

Temos discutido, em âmbito federal, inclusive, as dificuldades de compatibilizar a necessidade de produzir alimentos para os povos com a necessidade de preservar o meio ambiente. E a posição que temos defendido é que entre o caminho do nada pode e o do tudo pode, há um bom senso a ser construído. Na nossa compreensão, a grande forma de proteger o meio ambiente é o desenvolvimento. Nós vemos muitas áreas empobrecidas da nossa cidade, do nosso estado, do nosso país, em que a própria miséria é uma causa importante da vulnerabilidade do meio ambiente. Portanto, atendendo ao ser humano, compreendendo o ser humano como parte do meio ambiente, como parte do que precisa ser preservado, precisamos encaminhar as ações de futuro.

É importante que todos os agentes políticos, seja do Executivo, seja do Legislativo, do Judiciário, ou mesmo as pessoas que atuam politicamente e não têm mandatos eletivos, debruçam-se sobre esse grande tema, que é o futuro.

Na nossa concepção de futuro, a Grande Florianópolis, por exemplo, vive um grande drama na área da mobilidade urbana. É fácil reconhecer que a nossa grande tragédia é termos apenas dois modais em disputa, o modal do carro particular e o modal do transporte coletivo rodoviário.

Qualquer um que viaje para as grandes cidades do planeta tem o prazer de usar o metrô, o trem, os modais de transporte coletivo, o que inclui as hidrovias também, e o transporte marítimo.

Aqui no Brasil, e muito especialmente na Grande Florianópolis, vivemos um tempo em que

somente anda de ônibus quem não consegue andar de carro. Esse processo cultural que se instalou não foi por acaso, foi ao longo de anos, de gestões que foram passando, ficando no tempo e nenhuma delas, olhando para o futuro, apontou para um modal coletivo. É claro que ninguém irá deixar de usar o seu carro se o transporte coletivo for mais caro, menos eficaz e mais desagradável de usar.

Desde a década de 50 temos investido no carro como sendo importante não somente para a nossa cultura como também para a nossa economia. Estive recentemente com um dos vice-presidentes do Partido dos Trabalhadores, Elói Pietá, que me relatava que 23% do PIB do Brasil estão ligados à cadeia produtiva rodoviária, seja a própria montadora, o fabricante do pneu, ou seja, tudo o que envolve os carros no Brasil responde por 23% da economia.

Então, foi um crime o caminho que o país trilhou, muito especialmente a partir da década de 50, quando o país abandonou, por exemplo, o modal ferroviário, que o governo Dilma tem tido a sensibilidade de trazer novamente para a pauta administrativa.

Em Santa Catarina há algumas pessoas, como o deputado Pedro Uczai, que tem trazido esse debate mais cotidianamente, mostrando que as ferrovias são um modal importante para podermos superar os grandes gargalos de mobilidade urbana em que se encontram todas as maiores cidades.

Mesmo as pequenas cidades catarinenses, se a elas chegarmos no horário de *rush*, o congestionamento é uma realidade. O aumento do poder aquisitivo da classe média do país, aliado a uma concepção de que o carro, além de fator de conforto, é também fator de ascensão social, têm levado a esse imenso crescimento da frota que certamente nos será cobrado no futuro.

Acredito que não há mais solução a não ser que construamos modais de mobilidade urbana que privilegiem o transporte coletivo, especialmente na região da Grande Florianópolis. A percepção óbvia dessa solução não se dá apenas no município, ela irá precisar necessariamente abranger a Grande

Florianópolis, que hoje já abriga um milhão de pessoas e que segundo previsão de alguns institutos irá chegar a três milhões em 2030.

Esse desafio que nos está colocado é fato relevante para a qualidade de vida da população e para a economia também. Hoje a dificuldade em que se vive pela falta de mobilidade urbana já tem um impacto significativo na economia da cidade, mas muito especialmente na subjetividade das pessoas. Um amigo que mora no bairro Pantanal, recentemente ficou fora da cidade, voltou agora e fez as contas de que a diferença em termos de mobilidade urbana de dez anos para cá lhe custa uma semana de vida por ano dentro do automóvel.

Portanto, esse é um desafio que está colocado, no sentido, inclusive, de enfrentar paradigmas culturais!

Por fim, aproveitando a presença no plenário do deputado Sandro Silva, pois ontem não pude estar aqui em virtude de agenda que precisava cumprir fora da nossa cidade, quero dizer que é uma alegria tê-lo nesta Casa. E partilhava isso no Twitter, pois finalmente vemos um homem negro assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Um feito tão extraordinário que só foi igualado pela também extraordinária Antonieta de Barros.

Seja muito bem-vindo! Gostaria de dizer, em nome do PCdoB, pois não pude fazê-lo no dia em que v.exa. tomou posse, que o nosso partido ficou muito contente, pois vê na sua posse também uma contribuição para diminuir a desigualdade inter-racial no estado de Santa Catarina.

Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigada, sra. deputada.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, quero

aproveitar a oportunidade para dar continuidade ao tema levantado pela deputada Angela Albino, que provavelmente será um dos temas mais debatidos durante a campanha eleitoral de Florianópolis, que é a questão do transporte coletivo, da mobilidade urbana. E quero também dar, como já o fiz em pronunciamentos anteriores, a minha contribuição para esse grave problema que afeta não só Florianópolis, mas todas as cidades médias e de grande porte no país.

Mas antes gostaria de cumprimentar o deputado Sandro Silva pela sua posse, representando a região do norte do estado de Santa Catarina. Seja bem-vindo! Tenho certeza de que a sua contribuição durante este pouco tempo que passará nesta Casa será muito importante para o engrandecimento do Parlamento de Santa Catarina.

Quero cumprimentar também o deputado Valter Gallina, antigo companheiro do PMDB, engenheiro rodoviário que também tem a ver com mobilidade urbana. Gallina foi, durante oito anos, no governo de Luiz Henrique da Silveira, secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. E foi um grande secretário, deixando na sua passagem por aquela secretaria obras importantes na área de educação, na área de saúde, do sistema viário, mas também na discussão dos problemas dos municípios que compõem a Grande Florianópolis, no que se refere ao planejamento para um futuro melhor.

Esta semana tive a oportunidade de conversar com Gallina e disse-lhe que um dos grandes problemas do PMDB na composição de seus governos é a falta de quadros competentes, especializados, e que ele é um grande quadro em engenharia rodoviária, que já tem dado muita contribuição não só quando ocupou cargos de destaque como secretário e agora como deputado, mas durante a sua carreira como engenheiro do antigo DER, atual Deinfra.

Então, meus parabéns e sucesso! Tenho certeza de que sua passagem por esta Casa apesar de pequena será marcante e daqui a pouco como muitos

deputados poderão ser eleitos prefeitos, essa passagem poderá ser até o final deste mandato.

Deputada Angela Albino, teve a honra de, quando prefeito, implantar o primeiro sistema de transporte pluvial desta cidade, mais exatamente na bela Lagoa da Conceição, onde nasci. A prefeitura, através da Comcap, implantou as primeiras barquinhas, que depois se transformaram numa cooperativa de pescadores. Hoje é o único local de Santa Catarina que tem um sistema de transporte marítimo que funciona através de uma cooperativa de pescadores, levando a um lugar bucólico e belíssimo, a Costa da Lagoa, que muitos não conhecem, mas que tem um turismo diferenciado, já que a ela não se chega a pé, somente de barco, e espero que continue assim.

Discute-se muito em Florianópolis a implantação de um sistema de transporte marítimo ligando os municípios que compõem a Grande Florianópolis à capital, principalmente Palhoça, Biguaçu e São José. Essa é uma questão viável, desde que haja a criação da região metropolitana, porque não dá para o município de Palhoça implantar um sistema de transporte coletivo marítimo sem ter a participação dos municípios de Florianópolis, São José e Biguaçu. O transporte sairá de Palhoça e irá atracar onde? Como vai ser essa integração, a discussão de tarifa? Porque não basta o barco parar embaixo da ponte, pois atracando ali será preciso um sistema integrado para levar o passageiro a outro destino.

Então, esse processo não é fácil, mas é possível e precisa haver a participação das quatro prefeituras. Não existe quem faça isso isoladamente, apesar de muito marqueteiro dizer pode fazer. Mas não existe isso isoladamente. É necessária a participação das quatro prefeituras, além dos governos estadual e federal.

O governo federal se ausentou do transporte coletivo no Brasil. O PAC, que é o maior programa de investimentos do Brasil, não trata do transporte coletivo, pelo contrário, a cada crise econômica o governo baixa o IPI sobre os automóveis, como fez recentemente, e coloca mais

automóveis nas ruas das cidades, criando mais problemas para o sistema viário. Resolve-se um problema de ordem econômica, e é bom que se resolva para não gerar desemprego, mas como fica a mobilidade urbana nas nossas cidades?

Hoje li a entrevista da deputada Angela Albino sobre uma proposta para a cidade em que discutia a questão do transporte coletivo e falava da possibilidade de fazer rodízio de placas. Isso vai acontecer, não se iludam. Com a topografia que Florianópolis tem, com um morro no meio da cidade, com o sistema viário complicado no centro, com um componente ambiental difícil de resolver, que são os mangues, as dunas e as lagoas, qualquer projeto que se faça de elevados, de viadutos esbarra na questão ambiental. Não existe solução se não houver um projeto integrado envolvendo os três poderes, municipal, estadual e federal. E v.exa., deputada Angela Albina, que tem possibilidade de ser a futura prefeita, vai pegar o problema pela frente.

Tenho dito muito desta tribuna que isso tudo precisa ser discutido dentro do futuro plano diretor da cidade. A deputada também falou da questão das intendências. Não é possível que um cidadão do norte da ilha ou do sul da ilha, que necessite fazer uma consulta de viabilidade à prefeitura - e há uma intendência tanto em Canasvieiras, como no Ribeirão da Ilha -, precise ir ao Pró-Cidadão do centro para saber se pode ou não construir no seu terreno. Não se justifica no mundo moderno, com internet e facilidades virtuais, você ter que vir ao centro da cidade para fazer um questionamento à prefeitura.

E assim é com a reclamação do IPTU e com qualquer problema que se tenha com o poder público municipal e estadual, bem como com a Celesc e a Casan: sempre é preciso vir ao centro da cidade.

Então, repito, essas questões devem ser discutidas no plano diretor da cidade. Por exemplo: por que não incentivar, deputado Mauro de Nadal, dentro do plano diretor, que para as atividades comerciais e públicas essenciais para a sobrevivência do cidadão, da comunidade, seja

facilitada sua instalação através de incentivos públicos nos bairros de Florianópolis? Porque eu já cheguei a uma conclusão há muito tempo, deputado Valter Gallina, de que o melhor transporte coletivo é aquele que você não precisa usar. Você sai da sua casa e ao lado dela está a escola do seu filho, está o supermercado, a padaria etc.

Isso tem que ser discutido no plano diretor e ninguém se iluda, porque 80% do espaço físico Florianópolis estão localizados dentro da ilha de Santa Catarina e há um limite de ocupação. Quantas pessoas, deputado Mauro de Nadal, v.exa. põe dentro de uma Kombi? Oito, nove, 15? Não ponha 20 porque vai dar confusão. Quantas pessoas cabem na ilha de Santa Catarina, dentro desse espaço físico limitado, frágil ambientalmente, com complicações ambientais, com dunas, com mangues, com áreas de preservação permanente?

Equipamentos de infraestrutura que dizem respeito ao futuro do desenvolvimento desta cidade podem ser construídos dentro da ilha de Santa Catarina? Por exemplo: será que o melhor local para o futuro aeroporto é ali onde está o atual? E a futura rodoviária? Por que não começamos a pensar maior e discutir esses equipamentos essenciais para o futuro e para a estrutura funcional da cidade, a fim de manter a qualidade de vida da região da Grande Florianópolis?

Existe uma área localizada entre Biguaçu e Porto Belo, às margens da BR-101, com mais ou menos 20km de extensão até o mar, que está caindo de madura para se construir uma nova cidade, uma cidade planejada, onde possamos ter um bom aeroporto internacional, um bom atracadouro, enfim, todos esses equipamentos que complicam a mobilidade urbana.

Acontecem coisas incríveis com o poder público. Eu fui tomar a vacina de febre amarela para poder ir para Havana e fui muito bem atendido pela prefeitura municipal no centro de Florianópolis. No entanto, para pegar o resultado tive que ir ao aeroporto, senão não poderia pegá-lo. Agora veja v.exa., se o cidadão se vacina em

Lages, tem que ir ao aeroporto Hercílio Luz pegar o resultado, porque lá ele não é entregue!

Deputada Angela Albino, tenho o maior carinho por v.exa., que tem uma história nesta cidade, foi vereadora, tem uma bagagem considerável, está preparada para ser prefeita. V.Exa. tem que discutir essas coisas de forma integrada. É o plano diretor, é o transporte marítimo, é metrô de superfície, que é uma realidade que não se pode abandonar; foi o governo Collor que lamentavelmente acabou com o Geipot e com a EBTU, empresas que assessoravam as pequenas cidades em termos de planejamento urbano.

O Sr. Deputado Valter Gallina - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Valter Gallina - Deputado Edison Andrino, primeiramente quero agradecer as palavras elogiosas de boas-vindas à minha pessoa, mesmo porque não esperava outra coisa de v.exa.

Com relação à mobilidade urbana, em Florianópolis passam pelas pontes Pedro Ivo e Colombo Salles 180 mil veículos/dia. Para termos uma noção da grandeza desse número, pela ponte Rio/Niterói passam diariamente 130 mil. Lá temos um conglomerado urbano de oito milhões de habitantes e aqui, um conglomerado de urbano de um milhão de habitantes. Além disso, Florianópolis tem a maior quantidade de veículos de todas as capitais, excetuando Brasília, por habitante. E é uma ilha. Então, temos que realmente trabalhar um transporte alternativo, que seja um transporte marítimo bem equacionado, bem planejado.

Como secretário adjunto dos Transportes de Santa Catarina lançamos por duas vezes a licitação para o transporte marítimo, mas infelizmente deu deserta. Por quê? Porque as empresas precisam realmente ter um subsídio, precisam da parceria tripartite: governo municipal, governo estadual e federal.

Não tenho dúvida de que um transporte alternativo como o metrô de superfície, que é um transporte moderno, vai melhorar consideravelmente a qualidade da modalidade urbana da nossa capital.

E até sei que está sendo executado pelo secretário Renato Hinnig o projeto propriamente dito e também o levantamento econômico-financeiro de uma grande parceria entre os governos federal, estadual e municipal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente quero parabenizar v.exa., que novamente traz à discussão neste Parlamento um tema muito importante, mesmo porque construir mais uma ponte, meu caro amigo, deputado Edison Andrino, não vai resolver o problema.

Em várias oportunidades discutimos aqui esse tema, mas ele não foi aprofundado neste Parlamento. Parece que esta ilha fascina, parece que todos querem vir para cá. Até os órgãos públicos querem instalar-se na ilha e não no continente, mas não se preocupam com a trafegabilidade, com a mobilidade.

E aí fiquei atentamente ouvindo v.exa., quando falava do PAC. O PAC me assusta, às vezes. Passo por Alfredo Wagner toda semana, porque não há mais voos para Chapecó, e vejo o muro de contenção que custou R\$ 9 milhões. Pasmem: R\$ 9 milhões para um muro de contenção! Daria para construir meio Tribunal de Contas! Enquanto isso, temos problemas pontuais na ilha de Santa Catarina, pois ninguém consegue mais passar a ponte, e não é resolvido o problema.

É dessa forma, nobre deputado, com colocações pontuais, colocações precisas e inteligentes como v.exa. fez hoje que vamos conseguir evoluir. Do contrário vamos ficar com o mesmo problema, andando, caminhando em círculos, sem encontrar nenhum solução.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa. Essa é a maneira de integrarmos o oeste de Santa Catarina a Florianópolis, ou seja, através da discussão desses problemas sérios que não são somente nossos, mas de todos os catarinenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao espaço destinado ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero ater-me hoje especialmente a uma situação que acontece no Brasil inteiro, mas que em Santa Catarina sentimos de perto, sentimos na pele.

Tivemos recentemente uma reunião com rizicultores que reclamaram que produzem grande quantidade de arroz, carretas de arroz, centenas de toneladas de arroz, mas que na hora de vender, mal conseguem pagar o valor que tomaram emprestado. Ou seja, o lucro é tão pequeno que às vezes ficam até no prejuízo.

Quando viajamos pelo sul de Santa Catarina, pelo vale do rio Itajaí-Açu, pelo vale do rio Itajaí-Mirim e por diversas regiões onde há produção de arroz, ao ver a imensidão das lavouras de arroz fica-se imaginando que os rizicultores devem ter um grande lucro. De fato a produção é grande, mas o lucro é extremamente pequeno, pois quem ganha é quem vende as sementes, é quem vende os fertilizantes, é quem vende os agrotóxicos, é o banco que financia a produção.

No ano passado os bancos receberam, em juros, R\$ 194 bilhões. Isso é um absurdo! É até difícil imaginar esse valor, mas se quisermos ter uma ideia, seria como se cada brasileiro pagasse para o sistema financeiro R\$ 1.000,00 de juros por ano!

Hoje, os comentaristas políticos publicam a movimentação dos produtores de suínos, que reclamam do prejuízo. Eles criam um número enorme

de suínos para serem comercializados pela indústria, para serem exportados, mas no final ficam no prejuízo. E assim acontece também com os criadores de frango. Em suma, se olharmos toda a cadeia produtiva, especialmente o pequeno produtor, que é a grande base da produção catarinense, veremos que todos vivem no limite do prejuízo e do pequeno lucro, o que não compensa e faz com que esses agricultores abandonem a agricultura, abandonem suas atividades e desloquem-se para as cidades, pois seus filhos não acreditam que o trabalho que seus pais fazem possa garantir-lhes um futuro melhor.

O censo de 2012 mostra que aproximadamente 10,5% da população têm mais de 60 anos. E se formos procurar onde estão esses idosos, observaremos que estão na maioria das cidades pequenas, daquelas que ficam em torno das grandes cidades, das que têm mais de 100 mil habitantes. Nessas cidades, o percentual de idosos pode chegar a 20% da população, ao passo que nos maiores municípios fica entre 7% e 9%. Isso significa dizer que o produtor rural, além de estar diminuindo a sua produção, está envelhecendo, porque seu filho não vê futuro no interior e migra para as maiores cidades em busca de uma vida melhor. E quando vem geralmente encontra salário pequeno, que não passa de um ou, no máximo, dois salários mínimos ao mês, valor insuficiente para atender as suas necessidades.

Hoje, pelos meios de comunicação, vemos que o sistema financeiro vai aumentar o tempo de pagamento do cartão de crédito das pessoas físicas em até 48 vezes. Ou seja, quando o cidadão for comprar uma mercadoria por R\$ 200,00 e ver que poderá dividir em até 48 vezes, pagando mais ou menos R\$ 4,00 por mês, ele comprará, pois achará que esse valor não é nada, que se fosse comprar à vista não conseguiria. Mas ele não enxerga que agindo assim irá comprometer seu salário com R\$ 4,00 durante quatro anos e que essa não é a sua única despesa nem a sua única necessidade.

Então, temos que tomar muito cuidado quando se fala em crédito com juro especial. Se vocês

perceberem, às vezes recebemos uma comunicação do funcionário do banco dizendo que normalmente o nosso juro é de 8% ao mês, mas como somos um cliente muito especial, o banco irá cobrar uma taxa especial de 7,8%. Ou seja, uma redução pequena de 0,2% e ainda gasta com os Correios para nos comunicar que somos um cliente muito especial e por isso vão cobrar 7,8% ao mês e não 8% como normalmente cobrariam no cartão de crédito.

Então, essa facilitação do pagamento do cartão de crédito certamente vai movimentar a economia, mas vai escravizar um grande número de pessoas inocentes, digamos assim, e vai inviabilizar a conta da sua família.

Da mesma forma está acontecendo com o crédito agrícola, que dizem ter juros baixos, mas que escravizou o agricultor de outra forma. Os produtores de cebola, por exemplo, vendem a cebola por um preço que sequer compensa fazer a colheita, mas se não colherem o prejuízo será ainda maior. Por isso, é obrigado a manter aquela atividade para pagar o crédito financiado em quatro, cinco ou seis anos.

Por isso, quero manifestar o meu repúdio a essa forma de crédito que, infelizmente, ludibria os nossos produtores, especialmente os pequenos produtores rurais, que se endividam buscando melhores equipamentos para sua produção e acabam prejudicando ainda mais sua renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, mais uma vez me pronuncio nesta manhã, muito satisfeito e com muito orgulho, porque ontem tivemos a oportunidade de representar esta Casa na inauguração do complexo empresarial da empresa Primo Tedesco S.A.

(Passa a ler.)

"A empresa Primo Tedesco S.A. começou a ser formada na década de 30, quando Primo Tedesco instalou, em Caçador, uma fábrica pioneira de pasta mecânica, movida por pequena turbina instalada no rio do Peixe.

Agora a indústria Primo Tedesco inaugura a mais moderna fábrica de sacos industriais de papel. O novo parque fabril da Primo Tedesco é referência tecnológica de inovação e sustentabilidade.

A Primo Tedesco produz celulose, papel craft, papel reciclado, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. Seus produtos são comercializados no mercado nacional, no Mercosul, na América do Norte e na Europa, sendo provenientes de base florestal renovável própria, atestando que a qualidade dos mesmos está diretamente relacionada ao respeito pelo meio ambiente e, conseqüentemente, pelo ser humano.

Em 1939 foi constituída a empresa Primo Tedesco, origem de uma grande organização fabricante de papel e embalagens. Desde que chegou a Caçador, Primo Tedesco vislumbrou a necessidade de preservar as reservas florestais da região para suprimento de matéria-prima.

A partir da década de 50, enquanto as matas eram derrubadas, ele plantava pinheiros, tornando-se o primeiro reflorestador da região. Por isso tudo, Primo Tedesco recebeu o título de Comendador da Ordem da Árvore.

Nos idos de 1960, numa manhã, quando chegamos a Caçador, ele estava no cafezinho pegando o seu jornal do dia quando nos encontramos e ele disse: "Reno, você que estudou em escola agrícola, que gosta da atividade do reflorestamento, devia visitar o meu canteiro de uma espécie de árvores que estou introduzindo, mesmo sob crítica de alguns madeireiros de Caçador, que é o pinheiro americano."

Então, fomos visitar a sua fábrica, com um DKW Candango, um jipinho, que ele me pediu que dirigisse, onde havia um viveiro de *pinus elliotis* e *taeda*, além de plantar a nossa araucária.

Portanto, acompanhei o desempenho daquela empresa por várias décadas.

(Continua lendo.)

"As unidades de negócios da Primo Tedesco são constituídas de produção de energia elétrica, de celulose e papel, de embalagens de papelão ondulado, de sacos industriais e reflorestamento.

Além da unidade fabril de Caçador, a Primo Tedesco possui fábrica em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, e escritórios na capital gaúcha e em São Paulo."

Primo Tedesco teve como sucessor seu filho, Normando Tedesco Filho, também falecido, e hoje quem preside aquela empresa são os netos do comendador Primo Tedesco, Julio e Marco Tedesco.

Faço esse registro com muito orgulho porque a fábrica de embalagens que inauguramos ontem, juntamente com o governador, com o deputado Dado Cherem, com secretários de estado, com autoridades, com empresários, é a mais moderna da América Latina, pois produz até 304 sacos de cimento por minuto. É uma loucura o desempenho da máquina.

É lógico que o investimento passa dos R\$ 60 milhões com todo o sistema produtivo da Tedesco. E tenho orgulho em dizer que mais uma empresa em Caçador está crescendo, está inovando e diversificando os seus produtos.

Cumprimento a direção do grupo Tedesco, todos os seus funcionários e colaboradores por aquela belíssima obra, uma fábrica que produz sacos para embalar cimento, sementes, alimentos e outros produtos.

Poderia falar um pouco mais sobre a empresa Tedesco, pois a conheço desde 1964. Em 1966 fui visitá-la em companhia do comendador Primo Tedesco, que, inclusive, foi meu padrinho de casamento, juntamente com sua esposa, dona Maria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, no início da manhã, fiz um pronunciamento em torno de uma assunto ao qual esta Assembleia tem-se dedicado e agora vou complementá-lo.

Quero cumprimentar o presidente da comissão de Educação, deputado Carlos Chiodini, que na semana que passou realizou uma audiência pública no âmbito da sua comissão para tratar do cursinho pré-vestibular da UFSC e da sua manutenção no estado de Santa Catarina através de convênio com o governo do estado.

Essa audiência pública, sr. presidente, foi marcada pela emoção, na verdade. Mães usaram a tribuna para pedir, chorando, a reabertura desses cursinhos. Jovens pediram, também chorando, que lhes déssemos essa oportunidade. Para muitos jovens essa é a grande diferença na vida deles; para muitos jovens essa é a diferença entre poder cursar a Universidade Federal de Santa Catarina ou ficar de fora até do nível superior, porque para a maioria custear uma universidade privada é a maior dificuldade e, infelizmente, a educação pública no Brasil ainda não prepara nossos jovens para a universidade.

Estou mencionando isso porque um dos conceitos que acabaram tumultuando esse processo de compreender a importância do cursinho foi dar o nome de cursinho pré-vestibular da UFSC. E algumas pessoas, e acredito que até de boa-fé, diziam: "Mas se o cursinho é um pré-vestibular da UFSC, por que não é a UFSC que dá"?

Devo dizer, em primeiro lugar, que a UFSC é parceira, sim, e organiza o curso. E é preciso dizer que esse não é somente um cursinho para jovens empobrecidos, que não têm acesso a um cursinho privado, por exemplo. Esse é um cursinho de excelência, que tem aprovado estudantes para Medicina, Direito, Arquitetura, Jornalismo, Engenharia, ou seja, para todos os cursos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mas, então, por que é chamado de cursinho da UFSC? Porque a UFSC, a Universidade Federal de Santa Catarina, é um centro de excelência em educação de nível superior no estado. Eu me coloco aqui como mãe, com dois filhos que estudam na Universidade Federal de Santa Carina, um estudante de Direito e outro de Medicina, e posso dizer o quanto significa e a alegria que é ver o nosso filho naquela lista de aprovados da UFSC.

E por que é responsabilidade do estado de Santa Catarina também, e não somente? Eu concordo quando alguns integrantes da base do governo dialogam sobre esse tema e falam com razão que não é somente do estado. Acredito que as prefeituras também têm que se empenhar para construir - e vou sempre qualificar isso - não somente um cursinho, mas um cursinho de excelência para essa juventude.

É claro que eu estava nessa audiência pública como parlamentar, mas a mãe veio junto. E vendo os jovens pedindo, por favor, para estudar, sabemos o valor disso. Há tantos jovens perdidos; há tantos jovens que não querem saber nem de estudo nem de trabalho, que vivem na droga, perdidos - e há tantas misérias por aí. E vendo um jovem que quer estudar, penso que essa tem que ser uma tarefa de todos nós. Não é um cursinho da UFSC, é uma correção de rota, é assim que precisamos ver.

Infelizmente, a educação pública no Brasil não prepara como deve. E na hora em que não prepara como deve, fica um saldo para todos nós, que é providenciar uma chance para esse jovem que estende a mão.

Muitas coisas precisam ser corrigidas nesse cursinho, é claro que precisam. Por exemplo, no interior do estado temos notícias de que algumas prefeituras barganham, especialmente em anos eleitorais, vagas, e precisamos aperfeiçoar como são distribuídas essas vagas. Aliás, precisamos aperfeiçoar um sistema em que não se dispute vagas. Na última seleção que houve, no ano passado, uma enormidade de jovens ficou de fora do cursinho. Ao contrário, temos que impulsionar, facilitar. E isso, se não é dever constitucional -

e não é - do estado de Santa Catarina, é uma tarefa da sociedade, e a um custo baixíssimo.

Para um estado como o nosso, que arrecada mais de R\$ 1 bilhão por mês - o Orçamento deste ano é de R\$ 17 bilhões -, o que representam R\$ 3 milhões, para durante um ano inteiro prepararmos esses jovens para poderem ter acesso à joia da coroa das vagas das universidades do estado de Santa Catarina, que é uma vaga na UFSC, na nossa universidade de excelência? Esse investimento é pouco, inclusive, perto do que se tem que fazer.

Não é obrigação constitucional, mas não é disso que estamos falando. Estamos falando de uma ferramenta que transforma a vida de milhões e que coloca esses jovens na universidade.

Ouvimos declarações, e certamente quem disse já deve ter feito a sua reflexão do quanto equivocado foi a afirmação, dizendo assim: para que ir para a universidade se podem ir para o IFSC.

O deputado Sargento Amauri Soares falava nisso na audiência, como se para os filhos dos pobres fossem designados apenas cursos técnicos e apenas os filhos e filhas das classes mais abastadas pudessem acessar a universidade.

Isso requer outra reflexão. Por que no Brasil - e é óbvio que não é privilégio de Santa Catarina - o ensino fundamental, a educação infantil e o ensino médio público têm uma qualidade inferior à do privado? E por que no ensino superior isso inverte e as nossas universidades públicas são bem melhores do que as universidades privadas?

Temos um dado com o qual poucos de nós convivem, mas que é necessário relembrar para dizer que se trata de uma construção política também.

No século XIX, o grande Machado de Assis era professor do equivalente hoje ao ensino fundamental. No Brasil, o ensino fundamental e o ensino médio público já foram de excelência, como o é hoje a universidade pública. Portanto, temos duas tarefas: a primeira é manter a universidade pública, gratuita e de qualidade; e a segunda é

aperfeiçoar a educação de nível médio e nível fundamental.

Então, até conseguimos essa que é a verdadeira tarefa que está colocada para todos nós, um ensino público gratuito de qualidade no ensino médio e no ensino fundamental, o cursinho pré-vestibular - e não somente no estado de Santa Catarina - é uma ferramenta importante e esta Casa tem-se debruçado sobre esse assunto.

Por fim, quero dizer que confio na palavra do líder do governo de que vamos conseguir resolver essa questão e que logo esses jovens estarão nas salas de aulas estudando para conseguir uma vaga na Universidade Federal de Santa Catarina.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero aproveitar para saudar o secretário de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, sr. Normélio Menegazzo, nosso amigo, como também o sr. Flávio Berté, ex-secretário.

Saúdo ainda o delegado Renato Hendges, presidente da Associação dos Delegados de Polícia, e o delegado Ricardo Thomé, que se encontram nesta Casa tratando de interesses da categoria e da sua entidade.

Preocupa-me, srs. deputados, uma situação que pode gerar conflitos entre os organismos da segurança pública do estado, especialmente a Polícia Civil e a Polícia Militar, e vejo que é necessária uma ação do secretário de Segurança para a resolução do problema, que está ligado a questões legais e constitucionais.

Nós sabemos que as atribuições de cada instituição estão previstas tanto na Constituição Federal, quanto na Constituição Estadual. Algum

tempo atrás tínhamos um comando em Balneário Camboriú, sobre o qual várias vezes me manifestei, pois estavam surgindo problemas todas as vezes em que a Polícia Militar passava por lá querendo fiscalizar alvará.

A Polícia Militar tem entre as suas atribuições constitucionais a preservação da ordem pública, inclusive a ostensividade. Eu tive a oportunidade de ser delegado regional em Balneário Camboriú e sempre fiz um trabalho conjunto. Quando atendíamos uma ocorrência, um distúrbio, um conflito em algum ambiente e acabávamos verificando o alvará de funcionamento, se havia alguma irregularidade, recolhíamos o alvará, no outro dia entregávamos à delegacia para que o proprietário do estabelecimento fizesse a regularização. A expedição do alvará é da competência da Polícia Civil, ao passo que a fiscalização é de todos. A Polícia Militar preserva a ordem pública. Agora, quando a Polícia Militar resolve tirar agentes públicos das ruas para fazer fiscalização de alvará, a coisa extrapola!

Presenciei em Balneário Camboriú vários momentos de constrangimento: famílias estavam em restaurantes por volta da 22h, 23h quando chegavam policiais fardados pedindo para verificar o alvará do estabelecimento. Isso é um absurdo, pois as famílias estão jantando, conversando e distraíndo-se.

Nesse horário queremos o policial militar nos locais onde há necessidade de ostensividade, onde é preciso fiscalização! Mas não! Eles saem da sua atividade de combate e prevenção ao crime para cobrar alvará! Mas essa não é a vontade dos policiais militares, por quem tenho todo o respeito, pois fazem um grande trabalho. Isso é questão de comando, é o comando agindo de forma equivocada.

Quando a Polícia Civil faz sua fiscalização, vai no horário de expediente e de forma discreta vê se tudo está regularizado, e não no horário em que o restaurante está lotado de fregueses. Até porque pode-se verificar essa questão pelo

sistema, não é preciso ir *in loco*, mas se vai, tem que ser num horário em que não esteja superlotado de famílias, de casais, de turistas, como é o caso de Balneário Camboriú.

Esse comando que estava em Balneário Camboriú e que lá criou muitos constrangimentos, agora começou está em Blumenau e os mesmos problemas já começaram. Chegam com um grupo de policiais portando metralhadoras, várias viaturas, para fiscalizar alvará de estabelecimentos comerciais. Isso é um absurdo!

Primeiro começaram essas ações na periferia e agora estão fazendo no centro de Blumenau. Chegam tarde da noite, no horário do jantar. O Dia dos Namorados foi um exemplo: quando as pessoas estavam confraternizando, entraram policiais fardados e armados para fazer a fiscalização do alvará.

Isso causou o repúdio de muitos empresários, que fizeram o registro desse abuso. A Câmara de Vereadores de Blumenau tomou conhecimento e já fez sua manifestação contra esse tipo de atitude. Tudo isso foi levado, inclusive, à Justiça e ao Ministério Público, que emitiu um parecer, da lavra do eminente promotor de Justiça Onofre Agostini, que fez um estudo a fim de que se evite esse tipo de conflito, de constrangimento.

Precisamos, sim, que a Polícia Militar continue fazendo o grande trabalho que faz, de combate ao crime, de preservação da ordem pública, de ostensividade, enfim, tudo aquilo que é necessário.

Foram encaminhadas cópias de diversos documentos, como auto de notificação, termo de interdição e termo de consentimento de ordem pública, peças que não existem no ordenamento jurídico, mas que foram criadas para notificar, para constranger. A autoridade policial, seja civil ou militar, não pode, a seu bel-prazer, criar mecanismos para constranger o cidadão. O estado tem o poder de polícia, tem que fazer a preservação da ordem pública e a Polícia Militar é importantíssima para realizar essa função, mas não pode expedir alvará e exigir que o empresário

cumpra determinações que não estão previstas em lei.

Assim, sr. presidente, se essas ações não forem de imediato coibidas, se isso não for resolvido, os conflitos terão início, porque outra região também começa a praticar esse tipo de ação. Em Blumenau já houve abertura de ação civil pública, já houve abertura de inquérito policial, porque as pessoas que se sentiram vítimas de abuso de autoridade fizeram o registro, a autoridade policial adotou as providências, o Ministério Público deu o seu parecer, discorrendo sobre a competência constitucional e legal de cada instituição, e não podemos permitir que esse problema venha a se acentuar.

Quero ler para v.exas. parte da manifestação do Ministério Público Estadual.

(Passa a ler.)

"[...]

A fim de melhor compreender a celeuma a respeito das atribuições de cada polícia, é necessário esclarecer que a competência para legislar sobre a Polícia Militar é privativa da União (art. 22, XXI, da CF); já quanto à Polícia Civil, a competência é concorrente, da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XVI, da CF).

É por isso que a Constituição Estadual trata das atribuições da Polícia Civil de forma bem específica, incluindo a fiscalização de jogos e diversões públicas.

Constata-se assim que a possibilidade constitucionalmente assegurada à Polícia Militar de fiscalizar estabelecimentos não lhe permite a prática de atos especialmente atribuídos à Polícia Civil, de sua competência exclusiva, determinada pela Constituição Estadual. Ou seja, a Polícia Militar pode realizar vistorias e até mesmo interdições temporárias, desde que necessárias à preservação da ordem pública. Outras providências, como prazo para regularização e emissão de alvarás ou licenças, só podem ser adotadas pela autoridade competente da Polícia Civil." [sic]

Muitas vezes, essa questão acaba sendo discutida judicialmente, porque a parte que se sente prejudicada, o estabelecimento que foi fechado, impetra um mandado de segurança, mas na grande maioria das vezes, pelas provas colhidas, pelo procedimento feito, com o devido respeito ao Direito Constitucional, ao contraditório, à ampla defesa, têm-se mantido esses estabelecimentos fechados.

Então, é muito importante que haja esse respeito aos ditames constitucionais, que não se criem figuras jurídicas, constrangimentos, e que se faça um trabalho de consenso e de harmonia entre as instituições de segurança do estado de Santa Catarina.

Eu digo que essa é uma atitude isolada, é de um comando que já criou problemas em Balneário Camboriú, com ações que a comunidade não deseja.

A comunidade respeita e até idolatra o policial militar quando no combate à criminalidade, porque ele é o primeiro a chegar ao local, é o que fica na linha de frente. Agora, não podemos aceitar esse desvirtuamento de funções, como é o caso do policial militar que sai de sua atividade precípua para ir verificar, armado, alvará de funcionamento de restaurante lotado de famílias!

Temos certeza de que o secretário de Segurança Pública haverá de adotar providências para pôr fim a esses abusos. O conselho superior, através de seus delegados, já solicitou essas providências também ao delegado-geral.

É por coisas desse tipo que, muitas vezes, até os guardas municipais terminam fazendo trabalho mais ostensivo, porque alguns comandos querem tirar o policial militar da sua atribuição para fazer atividade burocrática.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero registrar a presença nesta Casa, sr. presidente, dos vereadores de Sombrio, que estão em Florianópolis para dar encaminhamento a assuntos de interesse daquela cidade. São eles: Agenor Colares Gomes, José Francisco Possamai e Paulo Custódio, que já visitaram as secretarias de estado em busca de recursos.

Sombrio recebeu um novo quartel da Polícia Militar, recebeu uma central de monitoramento por vídeo, o que irá melhorar a segurança pública de que falávamos há pouco. Com a presença do secretário César Grubba e também do coronel Marceneiro recebemos novas viaturas para os municípios da nossa região.

Então, em nome da comunidade, quero agradecer ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Moreira por essa distinção com a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Feito o registro, sintam-se à vontade na Casa do Povo, srs. vereadores!

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0135/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0175/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0291/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere de plano o Requerimento n. 0593/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0594/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Caixa Econômica Estadual pedindo a instalação de uma agência no município de Tangará.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0030/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, manifestando repúdio à privatização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo por até dez minutos, que permutou o espaço com o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer ao deputado Sargento Amauri Soares pela gentileza de fazer

essa permuta, pois tenho uma reunião logo após o meu pronunciamento, razão pela qual precisarei ausentar-me do plenário.

Senhores e senhoras, povo de Santa Catarina, venho a esta tribuna para registrar e deixar um abraço aos amigos e ao povo de Lages, especialmente aos estudantes da Uniplac, onde estive fazendo uma palestra no dia 31 de maio. Gostei muito do que vi, aprendi bastante e agradeço a forma como aquela cidade e a universidade me acolheram. Deixo um abraço ao professor João Küster e aos demais professores com quem conversamos e debatemos muito.

Também quero registrar o encontro que tive no oeste de Santa Catarina, mais especificamente no município de Faxinal dos Guedes, com técnicos em agropecuária, que me apresentaram as reivindicações e os projetos que a região tem para o seu desenvolvimento, notadamente na prevenção da estiagem.

Tenho certeza de que faremos um bom trabalho juntos, mesmo porque teremos três audiências públicas para tratar disso, nas quais estaremos presentes com os demais deputados desta Casa.

Então, convido o pessoal que está envolvido com a agricultura, com o agronegócio a se fazer presentes nas audiências públicas, a fim de que possamos desenvolver seus projetos da melhor forma possível.

Ontem, falei a respeito da BR-282, da BR-470 e de outras rodovias do estado de Santa Catarina, pois identifiquei que realmente as obras estão paradas há seis meses, principalmente no município de Xanxerê, onde dez quilômetros precisam ser duplicados.

Então, esse assunto tem que ser retomado porque essas rodovias agora receberam radares que arrecadarão para a união. Mas a comunidade reclama que a rodovia não oferece segurança e os trevos são muito perigosos.

Sabemos que as rodovias estaduais também têm problemas. Mas o governo do estado implantou acesso asfáltico a todos os municípios de Santa Catarina e agora começará a recuperar as SCs.

Quero dizer ao povo de Chapecó, de Xanxerê, de Xaxim, enfim, de toda a região oeste, que vou falar com o presidente da Casan, Dalírio Beber, e tenho certeza de que ele me dará boas informações, porque precisamos saber em que pé está o grande projeto do rio Chapecozinho, que abastece toda a região. Em Chapecó existem grupos pensando o município para daqui a 30 anos e sabemos que o problema do abastecimento d'água é grande e precisa ser resolvido desde já.

A Casan tem um belo projeto que foi anunciado no ano passado. Vamos buscar informações para saber em que pé isso se encontra, a fim de levar as informações para a comunidade e cobrar esse investimento, uma vez que o abastecimento de água de Chapecó foi projetado há muito tempo. Chapecó hoje tem quase 200 mil habitantes e a seca complica muito. Sabemos que a região é produtora e a população do interior e da cidade precisa de água, bem como as indústrias. O governo está fazendo o seu papel, mas precisamos cobrar mais agilidade.

Quero registrar ainda o recebimento da edição de junho da revista da Acic, mostrando o Chapecó Multiparque. Chapecó pensa muito o futuro, o seu povo sempre tentou projetar situações para que se tenha qualidade de vida também nos anos vindouros.

Então, de fato o Chapecó Multiparque é um grande projeto, contempla pavilhões para atender às feiras, tendo em vista que é considerada a capital do turismo do negócio. Lá acontecem eventos como a Efapi, a Mercoagro, a Mercoláctea, a Mercomóveis e tantos outros. Ocorrem eventos para negócios, mas também eventos sociais, culturais. Praticamente todos os meses há grandes encontros no parque da Efapi, que já ficou pequeno.

Então, quero cumprimentar a arquiteta Márcia Damo pelo excelente projeto, que contempla até um autódromo asfaltado, e Santa Catarina precisa também disso. Chapecó, além do turismo de negócio, precisa receber o turista que busca lazer, pois assim poderemos beneficiar o setor hoteleiro, uma

vez que a barragem do rio Uruguai também está desenvolvendo o turismo náutico.

Parabéns à Acic e à classe empresarial, que desenvolveram esse belo projeto. Já temos o projeto, agora nos cabe buscar os recursos e trabalhar para a execução, porque historicamente Chapecó sempre foi grande arrecadadora e merece ser contemplada, para continuar merecendo o título de capital do turismo de negócio.

Outro tema que quero abordar refere-se ao curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó. Houve uma grande audiência pública dias atrás, da qual não pude participar porque tive alguns problemas particulares, que não cabe abordar. Mas conversando com os deputados desta Casa, soube que Chapecó perdeu, parece-me, o curso de Medicina gratuito, logo aquela cidade onde faltam médicos e onde a prefeitura tem dificuldades de contratá-los. Quando o município tem que contratar um médico, custa caríssimo. E um dos fatores que causam a falta de profissionais médicos é que os jovens saem para cursar Medicina na capital e quando se formam não retornam mais.

Conversando com o professor Luiz Alberto, da Udesc, e também com o dr. Dilmar Baretta, que é diretor de pesquisa, soubemos que a Udesc prevê a implementação de um curso de Medicina na unidade de Chapecó. Assim, se a Universidade Federal da Fronteira Sul não consegue atender a essa reivindicação da comunidade, vamos tentar trabalhar com a Udesc. Tomei a liberdade de ligar para o reitor, mas ele está na Europa; conversei com o professor Marcus Tomasi, que é o vice-reitor, e ele me disse que Chapecó, Caçador e Lages, deputado Reno Caramori, estão, sim, reivindicando a instalação de um curso de Medicina.

Pois bem, Chapecó já tem um curso de Enfermagem; há três hospitais na região: o Uniclínicas Unimed, o Regional e o de Coronel Freitas. E todo esse projeto foi levantado e defendido para que a Universidade Federal da Fronteira Sul colocasse o curso de Medicina em

Chapecó. Como isso não se concretizou, vamos trabalhar para que a Udesc concretize o sonho dos chapecoenses de terem na cidade um curso de Medicina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

Na realidade, Caçador está solicitando também um curso de paramédicos, que não há em Santa Catarina, e há uma necessidade muito grande, a fim de que os bombeiros militares e voluntários e outras entidades tenham esses profissionais à sua disposição.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e as aqui presentes nesta manhã de quinta-feira.

Tenho três assuntos para falar, mas antes quero dizer, a respeito do pronunciamento do deputado Daniel Tozzo, que estou plenamente de acordo com a necessidade e a importância da criação de mais cursos de Medicina no estado, notadamente no grande oeste, através da Universidade Federal da Fronteira Sul. Essa pode e deve ser a instituição a instalar um novo curso de Medicina, pois uma das dificuldades da saúde no Brasil é o conjunto de restrições que as corporações médicas impõem e a pressão política que fazem para que não haja a formação de uma quantidade maior de médicos todos os anos no Brasil.

Acerca do pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark, fazendo uma avaliação crítica da atividade da Polícia Militar na realização de vistorias e licenças de alvarás em estabelecimentos comerciais - restaurantes, bares, etc. -, quero dizer que a Polícia Militar é, sim, também polícia administrativa e que isso historicamente está a cargo da Polícia Civil,

apesar de não existir restrição legal para que a PM atue nesses casos.

Digo ainda que é importante que o faça, porque boa parte dos episódios de violência na nossa sociedade ocorre também pela liberalidade extremada com que se abrem e mantêm-se abertos, inclusive fora do horário legal, bares que muitas vezes acolhem práticas delituosas.

Quero abordar outros assuntos hoje e continuarei esse debate de competência, de ampliação, de busca de solução e de melhoramento da segurança pública, que tanto a nossa sociedade precisa, em outra oportunidade. Mas devo registrar que é também atribuição da Polícia Militar a polícia administrativa e a fiscalização de alvarás e licenciamentos de bares e restaurantes.

Ao caso específico que o deputado Maurício Eskudlark citou, não vou referir-me porque desconheço a situação específica. Mas a Polícia Militar pode, na minha avaliação, e deve fazer esse tipo de serviço também, até para fugirmos da ideia de que existe autoridade policial por um lado e o policial militar deve continuar sendo o guardinha da esquina, ideia essa preconceituosa, que prejudica o conjunto da sociedade brasileira. O policial militar tem que ter competência de polícia, realizar sua competência e deixar de ser aquele guardinha que até as novelas tratam de forma jocosa, apesar de todos os protestos que nossas entidades estaduais e nacionais fazem. O policial militar deve ser autoridade e não apenas o guardinha que fica na estrada esperando que uma autoridade de outra instituição venha realizar o serviço de polícia.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, falei ontem do pré-vestibular da UFSC, do corte que o governo do estado procedeu nos recursos com os quais contribuiu para viabilizar, no ano passado, 3.100 vagas para que estudantes filhos de trabalhadores oriundos de escolas públicas pudessem realizar o vestibular com melhores chances de ser aprovados.

Desde 2008, ainda à época de Luiz Henrique da Silveira, o governo passou a ajudar a financiar

esse curso pré-vestibular e a viabilizar sua ampliação para 29 cidades de todas as regiões do estado de Santa Catarina. Esse ano esses recursos foram cortados.

Eu fiz interrogações e quero repeti-las. A decisão de cortar, porque isso me parece que está sacramentado, por parte da secretaria de Educação, pelo menos, é uma retaliação política, porque a reitora agora é de outro alinhamento político, a reitora que foi eleita e assumiu no último mês de maio, portanto, no mês passado, é de uma instituição federal também governada por outro partido político e parte da ideologia desse espaço deve ser também espaço de recolhimento de lucros por mercadores da educação, mesmo que esses estudantes oriundos das escolas públicas não possam pagar o cursinho pré-vestibular das escolas privadas, de propriedade desses mesmos mercadores. É pressão das escolas privadas?

Essas são interrogações que ficarão. Se o governo do estado, na pessoa do governador Raimundo Colombo, dos assessores políticos mais próximos a ele, que podem, inclusive, transmitir-lhe o que estamos debatendo na Assembleia Legislativa, não mudar essa rota e essa posição, vai confirmar um equívoco político e social de grande monta.

Nós vamos discutir futuramente, mas este ano 14 mil estudantes, que têm interesse de realizar esse curso para prestar vestibular no final do ano, não podem ser prejudicados. Essa geração não pode ser prejudicada! Jovens adolescentes que querem estudar precisam do nosso aplauso e de todo o apoio.

Assim, queremos recorrer à sensibilidade do governador Raimundo Colombo para que ele avalie isso. Não pode a secretaria da Educação dizer que depende do comitê gestor porque esse comitê é formado por pessoas indicadas pelo governador. Três milhões de reais é uma ninharia diante do que se gasta com uma série de bobagens no estado de Santa Catarina.

Então, este é o nosso pronunciamento, no sentido de fazer um apelo ao governador Raimundo

Colombo para que reavalie essa situação e não sacramente, não concretize esse equívoco que parece estar confirmado.

Mas quero ainda falar a respeito dos transportes. Ontem o deputado Kennedy Nunes falou no assunto na tribuna e hoje a deputada Angela Albino e também o deputado Edison Andrino abordaram a questão.

O deputado Kennedy Nunes falou de sua viagem a Europa e das diversas modalidades de transporte público coletivo que lá existem, citando o caso de um casal de noivos que após a cerimônia na igreja pegou o metrô. É outra cultura. Por quê? As pessoas já nascem diferentes? Não. Todos os seres humanos nascem exatamente iguais do ponto de vista cultural e do ponto de vista do potencial, em qualquer lugar do mundo. É porque existem políticas públicas de transporte coletivo nos países da Europa que não existem aqui. E no Brasil, pela nossa legislação, pela nossa Constituição, transporte coletivo é atribuição do poder público, especificamente do poder público municipal.

Mas, srs. deputados, ao longo da história foram privatizados esses serviços, transferiu-se para grupos empresariais privados lucrarem com o transporte coletivo. Além disso, em nosso país apostou-se e investiu-se no culto ao transporte particular, ao automóvel, evidentemente que por pressão dos monopólios empresariais automobilísticos, que não só foram incentivados a se instalar no Brasil, mas, mais recentemente, conseguiram o benefício de não pagar INSS, de não contribuir para a Previdência Social. Os monopólios da indústria automobilística não precisam pagar os 11% para a Previdência! Essa é a prova da subjugação do poder público, do governo da presidente Dilma Rousseff.

O deputado Kennedy Nunes falou em parceria público-privada, falou que o poder público investiria dinheiro no transporte coletivo através de uma PPP. Acho que tem que investir sim, mas não em PPP para ajudar esses empresários a obterem mais lucro. Tem que investir na criação de uma

empresa pública de transportes. Inclusive, em algumas cidades do Brasil isso já existe e funcionando bem. Nos países onde existe o sistema público de transporte coletivo, ele funciona bem e é barato. Inclusive, é possível, é racional do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e cultural pensar em transporte coletivo gratuito, porque esses recursos que estão indo para algumas empresas acabariam ficando no comércio, girando na economia. E mesmo na atual sociedade capitalista, ainda seria racional e importante o transporte coletivo gratuito para toda a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não quero polemizar, mas já apresentei nesta Casa uma indicação para que o governo do estado repasse esses recursos do convênio com a UFSC para a Udesc, que realizaria o mesmo cursinho pré-vestibular. Eu acho que é coerente a secretaria de estado da Educação repassar esses recursos para a Udesc preparar esses alunos para o vestibular.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero dizer que concordo plenamente, não importa se é a UFSC ou a Udesc que vai realizar o cursinho, porque o importante é que os jovens sejam atendidos. No entanto, para este ano já há uma estrutura montada na UFSC, que realizou o cursinho no ano passado. No mais, estou plenamente de acordo com v.exa. e aplaudo o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da nossa TVAL e Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna na

manhã desta quinta-feira para comentar, deputado Reno Caramori, v.exa. que preside esta sessão, a audiência pública por mim proposta na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Nessa audiência pública estiveram presentes o presidente da Federação das Apaes de Santa Catarina, sr. Júlio César de Aguiar; o secretário de estado da Administração, sr. Milton Martini; a presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, sra. Rose Bartucheski, e a Procuradoria-Geral do Estado, na pessoa do procurador Ricardo Della Giustina.

Srs. deputados, vou expor basicamente a essência dessa proposição, sabendo que se trata de matéria que mexe com a questão tributária e sabendo do problema do vício de origem, uma vez que se trata de matéria da competência exclusiva do Executivo. No entanto, estamos oportunizando o debate para que possamos sensibilizar o governo, a fim de atender a uma demanda reprimida de centenas de famílias que estão excluídas do abono estadual.

(Passa a ler.)

"Tomamos a iniciativa de promover essa audiência com dois pensamentos básicos: o primeiro, fundamental, de ordem técnica - é preciso que façamos um debate amplo e aprofundado sobre o que determina a Lei n. 7.702, de 1989 (que foi modificada pela Lei Complementar n. 421/2008), que instituiu a pensão mensal aos portadores de deficiência mental severa, definitivamente incapazes para o trabalho, cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis por sua criação, educação e proteção, que residam no estado há pelo menos dois anos, auferam renda inferior ao valor de dois salários mínimos ou sucedâneo.

A análise técnica mais aprofundada dessa matéria tem a finalidade de dar mais clareza à questão, já que existem controvérsias e interpretações até equivocadas particularmente quanto ao valor real e às condições do benefício. Percebemos que pela falta de melhor entendimento técnico sobre o que realmente dita a legislação, inúmeras pessoas estão deixando de ser

beneficiadas e sequer tomaram qualquer iniciativa nesse sentido.

Por isso, é preciso estabelecer com precisão o que realmente prevê a legislação; que aspecto dessa legislação não estaria suficientemente claro e o que realmente quer dizer; avaliar se eventualmente, apesar do nobre propósito na legislação em tela, não teria havido algum item equivocado.

O segundo pensamento básico que também norteou nossa iniciativa tem a ver com o profundo alcance social da medida da matéria em questão. Entendemos que nenhuma legislação pode ser mais importante do que aquela que tem como foco central o que de mais precioso existe - o ser humano. E nesse caso o ser humano envolvido numa condição difícil, às vezes até dramática, quando da presença de algum familiar - muitas vezes o filho - padecendo de um mal tão lamentável.

A existência desse fato já é naturalmente penosa para os familiares, que têm de aceitar e conviver com a triste realidade. E a situação se torna ainda mais grave e mais dolorosa quando a família ou o eventual tutor ou curador não dispõe de recursos financeiros. Na verdade, transforma-se em sofrimento em cima de sofrimento.

E é exatamente esse viés que nos moveu nessa audiência. Nosso foco central é o ser humano, a pessoa em uma situação que exige de todos nós profunda compreensão e espírito público. Não se trata de simplesmente fazer caridade; trata-se de resgatar a dignidade humana, de proporcionar, pelo menos, aos nossos irmãos as mínimas condições de existência que, por detalhes às vezes meramente técnicos, eles deixaram de usufruir.

Estou profundamente convicto de que a presente audiência abrirá novo horizonte para essa questão e para inúmeras famílias. Estou convicto também que esse debate e suas conclusões encontrarão total acolhida por parte do governo do estado que, inegavelmente, tem sido sempre sensível e aberto aos pleitos mais prementes da população deste estado."

Sr. presidente, tive a oportunidade de conversar com o presidente Gelson Merisio, que se mostrou sensível e parceiro a essa proposição; conversei também com o apaeano, pai das Apaes, ex-deputado desta Casa, o conselheiro Julio Garcia, que foi o proponente da lei que destina 1% do Fundo Social para as Apaes, que também se mostrou disposto a trabalhar neste sentido; conversei com o secretário de Administração, Milton Martini, e estive também com o governador do estado, que se mostrou muito interessado em ajudar a resolver essa situação.

Imaginem uma família que tem um ente, um cidadão com deficiência mental severa, com incapacidade total para o trabalho, é uma situação terrível. Sempre tenho dito que Deus dá o fardo para quem pode carregar, mas é muito difícil para a família, porque é trabalhoso e dispendioso.

Do presidente da fundação ouvi o relato de que lá no oeste há um cidadão com 100 anos com deficiência severa e com incapacidade para o trabalho. Quanto uma família gasta para manter uma situação dessas, para dar um pouco de dignidade a essa pessoa?

O que ocorre é que a legislação está inadequada, porque para o cidadão ter direito ao benefício sua família tem que ter uma renda familiar de até 1,999 do salário mínimo, porque se chegar a dois salários estará fora do sistema, não será agraciado com o abono de R\$ 550,00 mensais, que é pouco, é insuficiente, mas é necessário. Há uma estimativa de que aproximadamente 1.300 ou 1.400 famílias estão desassistidas dessa condição, desse abrigo por parte da legislação.

Sabemos que essa ação deve gerar impacto financeiro junto ao Executivo, mas com a compreensão do governador, que se mostrou extremamente sensível ao nosso apelo, poderemos fazer a adequação da legislação, permitindo a inclusão de famílias que até hoje estão ao desamparo do estado.

Quero agradecer à presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputada Luciane Carminatti, e ao deputado José Nei Ascari,

presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que em suas respectivas comissões colocaram sua equipe à disposição do público que esteve presente; agradeço ainda à assistente social Luciana Maragno, que nos procurou há quase um ano para trazer-nos essa reivindicação.

Esperamos, sr. presidente, obter êxito junto ao governo, para que possamos realmente promover justiça às famílias e aos portadores de deficiência mental severa.

Por fim, gostaria de saudar o vereador Ronaldo Fornazza, de Braço do Norte, e também Willian Bonassa, de Siderópolis, e Giliard Cesconetto Gava, de Nova Veneza, que nos prestigiam neste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Valmir Comin, v.exa. tem toda razão, porque essa lei foi sancionada pelo governador Antônio Carlos Konder Reis, mas é preciso que seja readequada à realidade atual.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 17h, destinada à outorga da Medalha Anita Garibaldi ao ministro do STJ, Francisco César Asfor Rocha.

Está encerrada a sessão.

